



A REFORMULAÇÃO DA FISIONOMIA POLÍTICA DA EUROPA

*Otto Alcides Ohlweiler**

1 – Introdução

A partir da II Guerra Mundial e durante mais de 40 anos desde então, o continente europeu ficou dividido em duas partes distintas e, de certo modo, em oposição. Entrementes, 12 nações européias — Alemanha Ocidental, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Espanha, Irlanda, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo e Grécia — agruparam-se, formando a Comunidade Econômica Européia (CEE), um bloco econômico regional programado para suprimir todas as barreiras alfandegárias internas com a criação de um mercado único até 1992 e o estabelecimento posterior de uma só moeda e de um banco central. Por seu turno, a União Soviética, à frente dos países do leste europeu a ela subordinados, organizou o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) em 1949, destinado a servir como instrumento de planificação, especialização e divisão internacional do trabalho dentro do bloco soviético. Assim, a CEE, de um lado e a União Soviética com seus satélites de outro constituíram-se nos dois primeiros blocos econômicos regionais. No contexto da "guerra fria", que se seguiu à II Guerra Mundial, a sustentação militar dos dois blocos em questão tornou-se atribuição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia respectivamente.

Agora, as profundas, rápidas e dramáticas transformações que se acham em curso no leste europeu, ao que tudo indica, estão fadadas a provocar uma substancial reformulação da fisionomia política da Europa. Está-se presenciando o fim da era estabelecida com o desdobramento do pós-guerra no continente. O império soviético entrou em franca desintegração, com seus satélites distanciando-se cada vez mais. A reunificação das duas Alemanhas — A República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã — deixou de representar um tema de mera retórica para tornar-se uma possibilidade real e, mais do que isso, aparentemente inevitável em tempo próximo.

A reunificação das Alemanhas está longe de esgotar as previsíveis e imprevisíveis transformações políticas e econômicas no panorama europeu, à margem da ruína do império soviético, do fim da divisão do conti-

* Professor Titular da UFRGS e Escritor.

nente e da correlata deliquescência da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Nesse quadro, alguns observadores, com fundadas razões, prognosticam que a CEE poderá vir a nuclear uma supercomunidade, ampliando a sua base territorial mediante a associação, futuramente, das nações do Acordo de Livre Comércio Europeu e das nações do leste europeu, na medida em que essas abandonem a órbita soviética. Os 12 países-membros da Comunidade Econômica Européia sozinhos abarcam uma população de 320 milhões de pessoas e representam uma economia com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de US\$ 3,8 trilhões. Já o Acordo de Livre Comércio Europeu compreende um grupo de seis países — Áustria, Suíça, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia — que têm laços comerciais com a CEE, mas nenhum dos compromissos políticos dos membros dessa organização. Os referidos países totalizam um PIB de US\$ 640 bilhões. Finalmente, um grupo de cinco nações do leste europeu — Alemanha Oriental, Polônia, Hungria, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia — ainda pode adicionar uma economia de US\$ 425 bilhões. Juntos, os 23 países considerados, que representam uma população global de 520 milhões de pessoas, constituiriam uma economia de US\$ 5 trilhões, maior, portanto, que a economia de US\$ 4 trilhões dos Estados Unidos e que a do Japão de US\$ 2 trilhões.

De fato, as recentes e grandes transformações em curso no leste europeu são um estímulo para que as nações da CEE tratem de implementar um processo de integração econômica já no contexto daquelas transformações e respectivas conexões com a nova realidade européia emergente. A perspectiva mais ousada fundamenta-se no fato de que a história premiou a Europa com uma oportunidade para ensejar a construção de um bloco econômico regional estendendo-se desde o Atlântico até a fronteira soviética.

2 — A desintegração do império soviético

Dentre os países do leste europeu que após a II Guerra Mundial se deixaram incluir na órbita soviética, o primeiro a se afastar da influência da União Soviética foi a Iugoslávia, ainda ao tempo do Marechal Tito, que imprimiu a seu país o "status" de não-alinhado frente ao sistema bipolar estabelecido no pós-guerra. Só mais recentemente se verificou um paulatino distanciamento da Hungria e da Polônia com respeito às influências hegemônicas da União Soviética e de sua ortodoxia econômica burocrática. Na Polônia, o processo de liberalização levou 10 longos anos de luta, a partir da fundação do Sindicato Solidariedade em 1980. No dia 19 de agosto de 1989, o Partido Operário Unificado Polonês foi apeado do poder com a designação de Tadeusz Mazowski para dirigir um governo de coalizão que pôs fim ao sistema de partido único vigente desde 1945. Se o processo de abertura levou 10 anos para se consumar na Polônia, basta-

ram 10 meses para tanto na Hungria, 10 semanas na Alemanha Oriental e na Tcheco-Eslováquia, 10 dias na Bulgária e menos ainda na Romênia. No decorso de 125 dias, os partidos comunistas burocratizados perderam o monopólio do poder nos seis países da Europa Oriental vinculados à União Soviética: Polônia, Hungria, Alemanha Oriental, Bulgária, Tcheco-Eslováquia e Romênia.

Na Alemanha Oriental, a situação chegou a ficar fora de controle na primeira quinzena de dezembro do ano passado. O Partido Socialista Unido dissolveu seu Birô Político e seu Comitê Central, considerou a conveniência de alterar o nome da organização e concordou em realizar eleições livres em maio de 1990. A denúncia de escândalos de corrupção acabou com qualquer resto de credibilidade do sistema e teve como consequência a detenção do chefe do Partido, Erich Honecker, e de seus auxiliares mais imediatos. Entrementes, grupos de manifestantes ocuparam os escritórios da Stasi — a força de segurança do Estado — em várias cidades, enquanto outros, nas ruas, clamavam pela dissolução da polícia política e em favor da reunificação das duas Alemanhas. O resultante vácuo no poder deverá durar até a realização das próximas eleições já marcadas. Representantes de 14 grupos políticos, inclusive o Partido Socialista Unido e algumas organizações inexistentes até poucos meses atrás, reuniram-se, na primeira quinzena de dezembro de 1989, para funcionar como um comitê governante. Com a queda do sistema de partido único, a condição de Estado separado da Alemanha Oriental perdeu a razão de ser. De fato, as duas Alemanhas estão se movimentando na direção de alguma forma de associação; "a Alemanha, uma só pátria" é a consigna dos partidários da reunificação.

Na Tcheco-Eslováquia, outro posto avançado na linha de fronteira com a União Soviética, também a autoridade entrou praticamente em colapso na primeira quinzena de dezembro do ano passado. No dia 17 de novembro, a polícia tinha interrompido violentamente uma marcha de estudantes em Praga, ferindo um grande número de manifestantes. A gigantesca onda de protestos então deflagrada converteu-se num movimento nacional com a fundação do Fórum Cívico, agora a principal força política do país. O Partido Comunista viu-se obrigado a renunciar ao monopólio do poder, expulsou os dirigentes mais odiados e pediu à União Soviética a retirada de suas tropas da Tcheco-Eslováquia. A pressão da oposição forçou o Presidente Gustavo Husak — que dirigiu o golpe subsequente à invasão pelas tropas soviéticas em 1968 — a demitir-se. Como novo Primeiro-Ministro, foi nomeado Vaclav Havel, criador do Fórum Cívico e, provavelmente, futuro Presidente da Tcheco-Eslováquia.

As grandes manifestações populares contra os regimes burocráticos que tiveram lugar no leste europeu, em 1989, culminaram em fins de dezembro, com a deposição, na Romênia, de Nicolae Ceausescu, o qual vinha

governando autocraticamente o país há mais de 24 anos. No dia 19 de dezembro, um grande comício na Cidade de Timisoara, perto da fronteira com a Iugoslávia, em protesto à prisão de Laslo Tokes, pastor protestante e prestigiado militante dos direitos humanos, foi reprimido violentamente. Segundo o relato da imprensa, o massacre teria vitimado milhares de pessoas. No dia 21, informava-se que a cidade havia caído em poder dos rebeldes. Enquanto isso, um comitê revolucionário, constituído de intelectuais e operários, negociava com um enviado do Governo procedente de Bucareste, a capital do país. O maior êxito do movimento foi a retirada das forças armadas que ocupavam a cidade. O apelo à greve geral, lançado na véspera, foi seguido pela maioria da população.

As manifestações populares estenderam-se depois por toda a Romênia, alcançando afinal a capital, onde houve outra repressão sangrenta. Em Bucareste, uma enorme multidão, originariamente convocada para ouvir um pronunciamento de Ceausescu, acabou vaiando estrepitosamente o ditador. No dia 22 de dezembro, Ceausescu foi derrubado pelo povo com o apoio de setores das forças armadas. O ex-Ministro das Relações Exteriores Corneliu Manescu, afastado de seu cargo no início de 1989 por divergências com Ceausescu, foi nomeado titular de um conselho de segurança nacional. No dia 25 de dezembro, os rebeldes venciam os últimos focos de resistência. Sem demora, Nicolae Ceausescu e sua esposa, depois de um julgamento sumário, foram executados.

Como se está vendo, os povos do leste europeu começaram a pôr abaixo, um atrás do outro, os seus governos burocráticos vinculados à União Soviética, com isso abrindo caminho para acabar com mais de 40 anos de divisão do continente. Portanto, a questão que se coloca agora é como deverá ser a futura ordem da Europa. O que desde logo se apresenta com clara evidência é que as nações do leste europeu, carentes de capitais e de novas e mais avançadas tecnologias, das quais a União Soviética não tem condições de suprir nem mesmo a si própria, se voltarão progressivamente para uma crescente aproximação da economia européia ocidental. Por seu turno, a Europa Ocidental ganhará com isso novos mercados e a oportunidade de realizar grandes investimentos no Leste. O empresariado da Europa Ocidental mostra-se eufórico ante a perspectiva de que possa ocorrer na região o tão desejado próximo milagre econômico. O socorro às arruinadas economias do leste europeu é visto, em certos setores, como podendo tomar dimensões comparáveis à reconstrução do pós-guerra, algo assim como uma espécie de novo Plano Marshall. Só a demanda de capital novo para atender às necessidades da reconstrução da economia da Alemanha Oriental é estimada em US\$ 280 bilhões.

3 — Os movimentos seccionistas na União Soviética

Com a desintegração do império soviético e a gradual desvinculação dos países satélites do leste europeu da tutela mais ou menos pronunciada da União Soviética, em lugar da velha divisão da Europa estabelecida após a II Guerra Mundial, ter-se-ão, provavelmente, uma Nova Europa com sua base territorial ampliada de um lado e uma União Soviética isolada de outro. Ao deixar de intervir em favor dos descreditados regimes burocráticos da Europa Oriental, Mikhail Gorbachev deixou campo livre ao sopro avassalador das transformações políticas nessa região. Mas, por isso mesmo, a União Soviética ficou agora mais isolada do resto da Europa. De outra parte, a política de modernização da sociedade soviética empreendida pela Administração Gorbachev não vem conseguindo sustar o declínio da economia nacional. Enquanto isso, aos países do leste europeu são acenadas pródigas ajudas em matéria de capitais e modernas tecnologias para revitalizar os respectivos parques industriais.

Afora seu isolamento na Europa e as dificuldades econômicas e políticas com que se defronta, a União Soviética, que é formada por um conjunto de 15 repúblicas, começa a enfrentar também graves movimentos seccionistas. A União Soviética com suas inúmeras nacionalidades é uma herança do antigo império czarista, que Marx, em seu tempo, comparava com uma enorme prisão de nações. A situação não mudou muito na era de Stalin, embora os apologistas do regime costumassem apresentar a União Soviética como uma autêntica federação fraterna de variadas etnias. Sabe-se perfeitamente que são bastante antigos os movimentos nacionalistas que se estendem desde o Azerbaijão até a Moldávia e a Ucrânia. No final do ano de 1989, os movimentos seccionistas tomaram vulto, especialmente na área das repúblicas bálticas: a Lituânia, a Estônia e a Letônia, que foram anexadas à União Soviética com base no Pacto Germânico-Soviético de Não-Agressão em 1940.

A estratégia das três repúblicas bálticas era originariamente voltada para a conquista, primeiro, de uma maior autonomia econômica e, mais adiante, da independência política. Em 27 de novembro de 1989, as repúblicas bálticas alcançaram uma significativa vitória, quando o Parlamento soviético lhes concedeu o direito à autonomia econômica. Com isso, a Lituânia, a Estônia e a Letônia passaram a dispor do controle de suas terras e de seus recursos naturais, assim como se habilitaram a estabelecer suas taxas, políticas comerciais e financeiras, etc. Mais recentemente, não obstante os veementes apelos e as iradas advertências de Gorbachev, o Parlamento da Lituânia aprovou, por 281 votos a favor e apenas um contra, o fim do sistema do partido único, abrindo, desse modo, o caminho para a instituição do pluripartidarismo naquela república báltica. No dia 20 de novembro de 1989, o Congresso do Partido Comunista

da Lituânia, reunido em Vilnius, a capital do país, aprovou por esmagadora maioria a ruptura com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) para formação posterior do primeiro partido comunista independente dentro da União Soviética. O Birô Político do PCUS interpretou imediatamente a decisão como "um passo destinado a desvincular o PC da Lituânia do PCUS".

Tudo está a indicar que iniciativas semelhantes às tomadas pelo Partido Comunista da Lituânia serão também adotadas nas duas outras repúblicas bálticas: a Estônia e a Letônia. Dentre as três repúblicas, a Estônia é a melhor preparada para exercer sua autonomia econômica; há informações de que ela pretende introduzir sua própria moeda por volta de 1991. Alguns líderes das repúblicas bálticas, enquanto tratam de estabelecer relações políticas e econômicas umas com as outras, pensam convencer a Europa e a União Soviética de que seus países poderão servir como uma "zona de trânsito" entre os mercados da Europa Ocidental e a União Soviética. Todavia alguns líderes mais moderados das repúblicas bálticas, levando em conta as transformações em curso na União Soviética sob a Administração Gorbachev, entendem que, eventualmente, a Lituânia, a Estônia e a Letônia poderão ser reconhecidas como estados independentes dentro de uma União Soviética reformada, isto é, uma União Soviética não como um Estado centralizado e monolítico, mas na forma de uma confederação. Já os líderes mais radicais -- como é o caso de Vitautas Landsbergis, chefe do Movimento Reformista Lituano -- vão mais longe. Na opinião do mencionado ativista político, os três estados bálticos deverão formar uma federação com a integração econômica de seus componentes, num novo Estado ao mesmo nível da Polônia e da Alemanha Oriental.

Enquanto isso, outras repúblicas soviéticas observam com interesse o desdobramento dos movimentos seccionistas nas repúblicas bálticas. Com movimentos semelhantes podendo acontecer em outras repúblicas soviéticas, tudo indica que a comoção iniciada na Europa Oriental não deverá parar nas fronteiras soviéticas. É óbvio que, caso as repúblicas bálticas consigam lograr sua independência, outras repúblicas soviéticas -- o Azerbaijão, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia por exemplo -- intensificarão seus esforços no mesmo sentido.

A União Soviética pode mesmo estar à beira de uma crise constitucional. O clamor pela eliminação do monopólio do poder mediante a implantação do sistema pluripartidário chegou até a própria União Soviética. Assim, em Leningrado, na primeira quinzena de dezembro de 1989, ocorreu, segundo se anunciou na época, uma manifestação de 20.000 pessoas exigindo a expulsão de Boris Gidasnov, um chefe partidário da linha dura da seção local do Partido, que exigia o fim da "indisciplina e da irresponsabilidade". Os manifestantes também aplaudiram os oradores que defenderam a revogação do Artigo nº 6 da Constituição Soviética, que consagra o sis-

tema do partido único a nível nacional. Gorbachev, inobstante ressaltar nada haver na Constituição que seja imutável — e isso se aplica igualmente ao Artigo nº 6 —, acrescentou que os esforços dos radicais tendentes a acelerar o ritmo das reformas são apenas tentativas dissimuladas para desmoralizar os elementos leais ao Partido. Na véspera de seu encontro com o Presidente George Bush, dos Estados Unidos, em Malta, no fim de outubro de 1989, Gorbachev também teve oportunidade de afirmar que era essencial manter o monopólio do poder com o PCUS na qualidade de "vanguarda da sociedade soviética". Já em outra ocasião, ele advertira sobre o perigo da destruição do Partido, que, no seu entender, é "a mais importante força integradora da União Soviética".

4 — A reunificação das duas Alemanhas

No contexto da reformulação da fisionomia política da Europa e da correlata tendência dos países do leste europeu para uma gradual aproximação com a CEE à medida que vão se desvinculando do antigo bloco soviético, o ponto mais prioritário e mais candente é, sem dúvida, a reunificação das duas Alemanhas. A questão que, desde logo, se coloca é a forma que deverá tomar finalmente a Alemanha reunificada. É provável que as duas Alemanhas venham a constituir uma espécie de confederação, as duas partes ligadas pela mediação de certas instituições comuns. É óbvio que a reassociação não é perfeitamente compatível enquanto as duas partes continuarem vinculadas a blocos militares diferentes, a Alemanha Ocidental à OTAN e a Alemanha Oriental ao Pacto de Varsóvia. Mas, ante a aparente inevitabilidade da reunificação, esse aspecto do problema apenas revela a caducidade histórica daqueles blocos militares criados após a II Guerra Mundial.

De fato, a tarefa da reunificação alemã não parece encerrar dificuldades insuperáveis tanto do ponto de vista político como do econômico. É provável que o marco alemão venha a ser adotado como moeda corrente na Alemanha Oriental, proximamente. É sabido que muitas das grandes firmas alemãs ocidentais estão firmemente dispostas a investir bilhões de marcos na economia da Alemanha Oriental. Dentro de pouco tempo, talvez por volta de 1993, a Alemanha Oriental estará pronta para ser admitida na CEE. Algo mais adiante, a confederação alemã poderá compartilhar um ministro da área econômica e adotar uma nova moeda: o "neumark". E, finalmente, aí por meados dos anos 90, um "referendum" na Alemanha Oriental poderá confirmar a união com a Alemanha Ocidental. Então, a Alemanha unificada contará com uma população de 80 milhões de pessoas e uma economia de US\$ 1,4 trilhões, isto é, aproximadamente o dobro do que conta a França, a seguinte maior potência da Europa.

Em certos círculos europeus e mesmo fora do continente, a reunificação das Alemanhas, com a formação de um tão poderoso Estado no coração da Europa, é encarada preocupantemente como uma virtual ameaça à estabilidade na região. Tais temores à parte, a verdade é que a reunificação, considerada até alguns meses atrás pelos alemães tanto do Leste como do Oeste uma meta remota ou mesmo utópica, se tornou uma realidade em marcha. Já no início do ano passado, Helmut Kohl, Chanceler da Alemanha Ocidental, teve a oportunidade de apresentar um plano circunstanciado de 10 pontos para a efetivação da reunificação. A Alemanha unificada poderá facilmente declarar-se zona livre de engenhos nucleares e, desse modo, acelerar a abolição da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Um outro aspecto relevante da reunificação alemã é que ela facilitaria sobremodo uma posterior admissão da Polônia, da Hungria, da Tcheco-Eslováquia, da Bulgária e da Romênia na CEE, assim ampliada territorialmente.

Contudo a reunificação das Alemanhas não deixa de encontrar maiores ou menores resistências da parte de certos círculos. Em 19 de dezembro de 1989, Helmut Kohl esteve em Dresde, na Alemanha Oriental, para conversações com o Primeiro-Ministro Hans Modrow a respeito do futuro da Alemanha. Segundo o comunicado então emitido por Modrow, ambos concordaram em assinar um acordo para a formação de uma "comunidade contratual", que poderia ser uma alternativa ao plano de 10 pontos de Helmut Kohl para a reunificação alemã. Por seu turno, Kohl declarou que a economia é um elemento central da "comunidade contratual", acrescentando que "(...) os investimentos diretos e os empreendimentos conjuntos são de capital importância para um desenvolvimento econômico positivo".

Já o Chanceler soviético Eduard Shevardnadze rejeitou a possibilidade de uma reunificação imediata das duas Alemanhas sob o argumento de que o foro ideal para o tratamento da questão deverá ser a conferência de cúpula européia proposta pelo seu Governo. Ele ainda destacou que a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental podem exercer o direito à autodeterminação, desde que levem em conta as situações especiais dos Estados alemães e sua responsabilidade ante os povos da Europa, para que o perigo de guerra não mais venha do solo alemão, pois, segundo Shevardnadze, "(...) seria muito fácil, numa Europa saturada de armas como as de hoje, desestabilizar a situação". O Chanceler soviético também salientou que tanto a OTAN quanto o Pacto de Varsóvia deveriam ser mantidos "para assegurar a continuação da estabilidade na Europa".

Anteriormente, Gorbachev já tinha tido a oportunidade para declarar que uma reunificação apressada poderia agravar a situação global na Europa. Por sua vez, Zbigniew Brzezinski, Assessor de Segurança Nacional ao tempo da Administração Carter, em recente entrevista à revista **Newsweek** (1989), especulando com um imaginário cenário em que o Governo da Alema-

nha Oriental passasse às mãos de uma assembleia popular e proclamasse a reunificação, perguntou qual seria a reação dos 380.000 soldados soviéticos presentes no país. Em conclusão, Brzezinski declarou-se favorável a "um tratado de segurança que garanta a presença transitória nas partes Ocidental e Oriental da OTAN e do Pacto de Varsóvia respectivamente". O pensamento de George Bush, Presidente dos Estados Unidos, é o de que a Alemanha deve permanecer na OTAN. O tom comum a todas essas opiniões é a manipulação da idéia da estabilidade da Europa, quando a questão essencial em jogo é o direito do povo alemão à autodeterminação. Mas, ao que tudo indica, a reunificação ocorrerá no momento em que os alemães decidirem e, ademais, conforme seus próprios termos.

5 — A reunião da Comunidade Econômica Européia em Estrasburgo

A reunião de cúpula dos representantes dos países-membros da CEE realizada em Estrasburgo, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1989, foi, sem dúvida, a mais importante na história dessa entidade. A agenda formal preparada para a reunião compreendia duas propostas: a primeira sobre a aceleração da integração econômica e financeira da Europa Ocidental, mediante a criação de uma moeda única e de um banco central; a segunda sobre a extensão dos benefícios sociais aos trabalhadores de todos os países da CEE por meio da aprovação de uma carta social. Também era esperado que a reunião de Estrasburgo ainda incluísse na sua agenda um item referente às implicações dos acontecimentos que estavam ocorrendo nos países do leste europeu, mormente em relação à reunificação alemã e ao futuro da CEE. Conforme também era de se esperar, a união monetária e a carta social encontraram forte resistência da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra, e de seus partidários, que entendem que uma extensão da competência da Comunidade Econômica Européia pode significar uma renúncia à soberania nacional.

De fato, os líderes da CEE deram, na reunião de Estrasburgo, novos passos na direção do estabelecimento da moeda européia única e da criação de um banco central. Eles foram ainda mais longe, votando em favor da fundação de um banco regional especialmente destinado a fomentar o desenvolvimento dos países do leste europeu. Com respeito à extensão dos benefícios sociais mínimos aos trabalhadores em toda a Comunidade, 11 dos 12 líderes aprovaram a carta social. O voto em contrário foi o de Margaret Thatcher. Ela também se pronunciou contra a convocação de um conselho intergovernamental para acelerar a união econômica e monetária da Europa, bem como tratou de esfriar a proposta da criação do banco para fomentar o desenvolvimento dos países da Europa Oriental.

Sob um outro ângulo, a reunião de Estrasburgo não deixou de ser uma pertinente oportunidade para os líderes dos países da CEE examinarem a situação extremamente complexa reinante na Europa Oriental. A verdadeira comoção política na região fez com que, de certo modo, a perspectiva da Comunidade Econômica Européia em favor do estabelecimento do mercado único passasse a ser adequada à nova realidade política da Europa. As posições divergentes dos líderes da CEE cristalizaram-se sobretudo frente à questão da reunificação alemã. Para Helmut Kohl, a conclusão básica deveria ser o reconhecimento explícito do direito das duas Alemanhas a se reassociarem. Por seu turno, Giulio Andreotti, Primeiro-Ministro da Itália, enfatizou a necessidade de manter as existentes fronteiras nacionais da Europa. Já Margaret Thatcher mostrou preferência por uma aproximação gradual com o leste europeu, que assegure um papel importante para os Estados Unidos. Finalmente, François Mitterrand, Presidente da França, refutou essa opinião, lembrando não mais haver lugar para uma divisão da Europa em duas partes, "cada uma agindo em favor de uma superpotência".

O comunicado final da reunião de Estrasburgo concita o povo alemão a reencontrar a sua unidade "(...) com base na livre autodeterminação, respeitados os acordos, os tratados e todos os princípios definidos pela Ata de Helsínque, na perspectiva da integração européia". Atendia-se, assim, à pretensão de Kohl, para fins internos da Alemanha Ocidental, no sentido do reconhecimento formal do direito das duas Alemanhas à reunificação. Para os demais europeus, o comunicado mostra que a reunificação terá lugar na "perspectiva da integração européia". Trata-se, nesse caso, de uma fraseologia subentendendo que a reunificação alemã não deverá ser tão rápida a ponto de criar dificuldades para o estabelecimento do mercado sem fronteiras na Europa Ocidental, por volta de 1992. A referência à Ata de Helsínque, documento que serviu para traçar, no fim da II Guerra Mundial, as atuais fronteiras da Europa, é uma forma retórica para dar a entender que a Alemanha reunificada não deve esperar a devolução dos territórios perdidos em consequência da guerra.

Bibliografia

NEWSWEEK (1989). [s.l., s.ed.] 18 dez.